

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – IPLEMG**
- 7 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/3/2025

Às 10h6min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Zé Guilherme (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação do BMF) e Betão (substituindo o deputado Lucas Lasmar, por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Adriano Alvarenga. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do presidente desta Casa orientando acerca do Assembleia Fiscaliza 2025-2026 e reiterando a relevância do papel fiscalizador do Parlamento mineiro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.414/2024 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 12.573, 12.576, 12.578 e 12.657/2025. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 12.696/2025, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater ações para a promoção do Maio Laranja no Estado;

nº 12.729/2025, do deputado Enes Cândido, em que requer seja realizada visita à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte para conhecer o plano de cuidados paliativos que será implementado;

nº 12.745/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater a jornada de excelência do paciente oncológico do Hospital Mário Pena com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –,

visando à redução do tempo de espera, entre a suspeita de câncer e o início do tratamento oncológico, de uma média nacional de mais de 120 dias para apenas 21 dias;

nº 12.785/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Henrique Moraes Salvador Silva, presidente do Conselho de Administração da Rede Mater Dei de Saúde, pela posse como imortal da Academia Nacional de Medicina;

nº 12.833/2025, da deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a implantação de serviço de saúde especializado em hemodiálise no Município de Luz;

nº 12.836/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Taiobeiras, para debater com a presidência da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a qualidade da água fornecida e os serviços prestados pela empresa nesse município;

nº 12.837/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Salinas, para debater com a presidência da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a qualidade da água, os serviços prestados nesse município e as possíveis soluções para os problemas apontados.

Registra-se a presença dos deputados Doutor Wilson Batista e Lucas Lasmar e retiram-se os deputados Betão, Zé Guilherme e Adriano Alvarenga. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Bocaiuva, 21 de março de 2025.

Arlen Santiago, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/3/2025

Às 10h11min, comparece à reunião a deputada Ione Pinheiro, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, com as Secretarias de Estado de Saúde e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Prefeitura Municipal de Ibitaré, os impactos da elevada degradação ambiental na Lagoa da Petrobras, decorrente de esgoto doméstico e esgoto industrial, dentre outros, que afetam a população residente nas proximidades, notadamente no Município de Ibitaré, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência de ofício do presidente desta Casa, orientando acerca do Assembleia fiscaliza 2025-2026 e reiterando a relevância do papel fiscalizador do Parlamento mineiro. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Ângela Maria Nunes Gonçalves, procuradora-geral do Município de Ibitaré; Andréa Fernandes Napoleão, advogada da Petrobras; Joice Alves Solano, gestora de Relações Institucionais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, representando o diretor-presidente; Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Rita de Cássia das Graças Santos, prefeita municipal de Sarzedo; Marta de Sousa Lima, secretária municipal de Saúde de Ibitaré; os Srs. Luiz Fabiano Nericke Correia de Sá, coordenador da Gerência de Relações Institucionais da Petrobras; o Ten. Cel. Herbert Aquino Marcelino, comandante do 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Contagem, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG; e os Srs. Fernando Baliani da Silva, diretor de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; Domingos Ventura de Miranda Júnior, promotor de justiça da 5ª Promotoria de Justiça de Ibitaré e Sarzedo; Thiago Augusto Vale Lauria, promotor de justiça e coordenador das Coordenadorias Regionais das Bacias Rio das Velhas e Paraopeba; André Gustavo Diniz Matos, secretário municipal de Meio Ambiente de Ibitaré;

José Catulino Versiani Neto, coordenador de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité; Pinheirinho, deputado federal; Feliipe Antônio Andrade Chaves, diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, representando o secretário; Marco Túlio Batista Salomão, secretário Municipal de Meio Ambiente de Sarzedo. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO Nº 20/2025, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/3/2025

Às 10h5min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Charles Santos e Tito Torres (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente acusa o recebimento do Veto nº 20/2025, em turno único, do qual avocou a relatoria. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Gustavo Valadares, que conclui pela manutenção do Veto nº 20/2025, em turno único, a presidência defere o pedido de vista da deputada Beatriz Cerqueira. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se dia 24/3/2025, às 14 horas, com a finalidade de apreciar o Veto nº 20/2025, referente à Proposição de Lei nº 26.130/2024, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2025.

Gustavo Valadares, presidente – Beatriz Cerqueira – Adriano Alvarenga.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/3/2025, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 765/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o processo de ressocialização dos custodiados adotado pelo Estado, tendo em vista o déficit de policiais penais hoje existente, o que pode comprometer a ressocialização pretendida, considerando-se o caráter temporário dos agentes de segurança em atividade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.073/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado pedido de informações sobre o documento “Alerta às autoridades”, elaborado pela entidade da sociedade civil Fórum Permanente São Francisco, sobre os riscos de rompimento das barragens Casa de Pedra e B4, em Congonhas, relacionados às mudanças climáticas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.842/2024, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Dnit – e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o andamento e a retomada das obras de pavimentação das Rodovias MG-406 e MGC-251, localizadas no Baixo Jequitinhonha, esclarecendo-se a situação atual das obras de pavimentação dessas rodovias; se as obras estão em andamento, paralisadas ou concluídas e, em caso de paralisação, quais foram os motivos que levaram a essa interrupção; se existe previsão para a retomada das obras de pavimentação dessas rodovias; se o governo do Estado tem um cronograma ou plano de ação específico para garantir a continuidade e a conclusão dessas obras; os investimentos e recursos financeiros destinados pelo governo do Estado para as obras de pavimentação das citadas rodovias e se esses recursos estão assegurados e disponíveis para a retomada das obras; os benefícios esperados com a conclusão da pavimentação das rodovias para a população e o desenvolvimento regional do Baixo Jequitinhonha; e se existem estudos de impacto econômico, social e ambiental relacionados a essas obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.712/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as recorrentes interrupções do fornecimento de energia elétrica às propriedades rurais localizadas no Município de Lagoa Grande. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.672/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações sobre o processo de intercâmbio nessa instituição, especificando-se como são atualmente conduzidos os processos de seleção para estudantes participantes de intercâmbios; se existe um programa estruturado de preparação pré-partida que abrange aspectos acadêmicos, culturais e administrativos; os serviços de suporte oferecidos aos estudantes durante seu período de intercâmbio – assistência acadêmica, apoio emocional, acomodação, orientação cultural e qualquer outro tipo de suporte essencial; como a instituição promove a integração dos estudantes internacionais com a comunidade acadêmica e local; se existem programas específicos ou iniciativas para facilitar essa integração; qual o método utilizado para avaliar a experiência dos estudantes que participam dos programas de intercâmbio; como são implementadas as melhorias com base no *feedback* recebido; as políticas e medidas de segurança e bem-estar adotadas para garantir o conforto e a segurança dos estudantes durante o intercâmbio; como a instituição promove os programas de intercâmbio para atrair estudantes internacionais e diversificar a comunidade acadêmica; e os planos futuros da instituição para melhorar ainda mais os processos de internacionalização e os serviços oferecidos aos estudantes que participam desses programas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.121/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das medidas adotadas em resposta às alterações trazidas pela

Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, relativamente à obrigatoriedade de realização de exames criminológicos para pessoas privadas de liberdade no Estado, especificando-se o quantitativo atual de pedidos, o número de profissionais disponíveis em todo o território, o fluxo atual e o cronograma. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.204/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o motivo do fechamento das cozinhas nas unidades prisionais do Estado, consubstanciadas em estudos econômicos sobre os impactos e a viabilidade da reabertura dessas cozinhas em comparação com os atuais custos das aquisições de marmitas fornecidas por empresas contratadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.468/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento de abertura de vagas para os cursos de artes visuais, artes circenses e dança no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, previstos para o primeiro semestre de 2025, explicitando-se os planos para a oferta dessas modalidades de curso; o número de vagas estimado para cada um dos cursos mencionados; a possibilidade de ampliação das vagas em relação aos anos anteriores e, caso não seja possível, os motivos que levaram a isso e as alternativas implementadas anteriormente para a evitar a indisponibilidade de vagas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.489/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a implantação de um programa de monitoramento, incluindo parâmetros biológicos, da qualidade das águas da Barragem Setúbal, no Município de Jenipapo de Minas, uma vez que estudos realizados pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, publicados em 20 de março de 2024, apontam que existe concentração de fósforo e necessidade de monitoramento dessas águas, destinadas ao consumo humano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.091/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao governador do Estado pedido de informações sobre a execução orçamentária dos recursos destinados aos convênios com comunidades terapêuticas, que somam mais de R\$11.000.000,00, especificando-se as entidades e o número de usuários atendidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.203/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre a situação atual dos veículos usados para remoção de corpos na Grande Belo Horizonte e na região Central do Estado, considerando-se os direitos individuais e coletivos ao sepultamento digno e em conformidade com os direitos humanos, especificando-se o tempo de espera para que um corpo seja recolhido pela PCMG; o número de rabecões que atendem a essas regiões, com o detalhamento de quantos estão em manutenção e a previsão para que estejam disponíveis; o número total de veículos em atividade ou em reparos que são destacados para prestar esse serviço; as condições de trabalho dos servidores que realizam esse serviço, inclusive a escala; e se há previsão de celebração de contrato específico de locação de veículos para prestar o serviço em questão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.530/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatórios, documentos, laudos, dados e análises referentes às condicionantes da revalidação da licença de operação da Refinaria Gabriel Passos, que atestem que essas condicionantes estão sendo efetivamente cumpridas pela Petrobras, conforme informado pela secretaria de que é titular em audiência pública realizada pela comissão em 21/11/2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.532/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as consequências para a Lagoa de Ibitaré do descumprimento da condicionante 44, que proibia expressamente o lançamento de qualquer tipo de efluente contaminado com óleo diretamente na lagoa de polimento sem passar previamente por tratamento na estação de tratamento de despejos industriais, visto que somente em 2024 a bacia de águas contaminadas foi desvinculada hidráulica da lagoa de polimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.605/2024, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em documento contendo o georreferenciamento dos feminicídios, tentados e consumados, no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.610/2024, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à defensora pública-geral do Estado, à chefe da Polícia Civil Minas Gerais – PCMG – e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os serviços disponíveis no Estado para o atendimento às mulheres que se encontram em situação de violência, detalhando-se o número de mulheres atendidas, o tipo de atendimento realizado e os recursos empenhados no combate à violência contra essas mulheres, nos últimos quatro anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.677/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as alterações realizadas pelo Poder Executivo Estadual para o ano letivo de 2025 quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 14.254, de 2021; das Leis nºs 24.844, de 2024, e 24.786, de 2024; e da sentença na Ação Judicial nº 5002218-29.2022.8.13.0317. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.738/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as providências concretas que foram tomadas pela instituição para garantir a segurança dos voos operados pela corporação após os acidentes de helicóptero ocorridos no Estado em 28 de junho de 2021, com a aeronave Arcanjo 21, na região de Montes Claros, e em 11 de outubro de 2024, na região de Ouro Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.739/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o fundamento legal que permitiu a expansão da unidade de Coração de Jesus e alocação de servidores municipais nessa unidade, de forma *ad hoc*, e sobre as atribuições exercidas por tais servidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.818/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre o andamento das obras a serem executadas nas fontes do Balneário Águas Santas, em Tiradentes, esclarecendo-se se o projeto executivo para realização dessas obras já foi concluído e aprovado pela Codemge e se elas já foram iniciadas, apresentando-se o cronograma de prestação dos serviços contratados de forma integral, com indicação da previsão de início e de término das referidas obras, de forma a averiguar se a empresa contratada está cumprindo os termos e os prazos do contrato. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Veto nº 18/2025 – Veto Total à Proposição de Lei nº 26.033, que veda ao fornecedor o repasse do custo relativo à emissão de boleto bancário, carnê de pagamento e demais documentos de cobrança. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 19/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.129, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027 para o exercício de 2025. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 20/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.130, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 21/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.107, que dispõe sobre a transação resolutiva de litígios de natureza tributária e não tributária inscritos em dívida ativa e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 22/2025 – Veto Total à Proposição de Lei nº 26.114, que dispõe sobre a criação para fins de reprodução e a comercialização de cães e gatos de raça no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 23/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.117, que Institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.591/2024, do deputado Lucas Lasmar, e 2.780/2024, da deputada Lohanna.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.903/2021, do deputado Coronel Henrique; 3.106/2024, do governador do Estado; 2.265/2020, do deputado Sargento Rodrigues; 2.413/2021, da deputada Ione Pinheiro; 2.420/2021, do deputado Sargento Rodrigues; 3.144/2021, do deputado Roberto Andrade; 744/2023, da deputada Marli Ribeiro; 1.633/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.988/2024, da deputada Lud Falcão; 2.382/2024, do deputado Professor Cleiton; 2.402/2024, do deputado Enes Cândido; 2.404/2024, do deputado Duarte Bechir; 2.504/2024, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira; 2.621/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.686/2024, do deputado Lucas Lasmar; 2.822/2024, do deputado Ulysses Gomes; 2.891/2024, da deputada Leninha; 2.924/2024, do Tribunal de Justiça; 2.997/2024, do deputado Lucas Lasmar; 3.171 e 3.185/2024, do deputado Bosco; 3.308/2025, do deputado Dr. Maurício; 3.313/2025, da deputada Chiara Biondini; 3.316 e 3.317/2025, do deputado Bosco; 3.336/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; e 3.340/2025, do deputado Zé Laviola.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.330/2021, do deputado Cleitinho Azevedo; 3.508/2022, do deputado Osvaldo Lopes; 3.784/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 904/2023, do deputado Betão; 909/2023, do deputado Leleco Pimentel; 1.841/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 2.153/2024, do deputado Doorgal Andrada; 2.316/2024, da deputada Andréia de Jesus; 2.820/2024, do deputado Gil Pereira; 2.914/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.935/2024, do deputado Raul Belém; 3.021 a 3.023, 3.025 e 3.036/2024, do deputado Gil Pereira; 3.041/2024, do deputado Duarte Bechir; 3.098/2024, do deputado Zé Laviola; 3.114/2024, do

deputado Gustavo Santana; 3.121/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.126/2024, do deputado Zé Guilherme; 3.131/2024, do deputado Celinho Sintrocel; 3.141/2024, do deputado Mauro Tramonte; 3.157/2024, do deputado Ulysses Gomes; 3.165/2024, do deputado João Magalhães; 3.167/2024, do deputado Ulysses Gomes; 3.170/2024, da deputada Lud Falcão; 3.177/2024, do deputado Betão; 3.184/2024, do deputado Cristiano Silveira; 3.186 e 3.187/2024, do deputado Tadeu Leite; 3.194/2024, do deputado Cassio Soares; 3.253/2025, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.259/2025, do deputado Raul Belém; 3.266/2025, da deputada Maria Clara Marra; 3.272/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita; 3.302/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier; e 3.347/2025, do deputado Professor Cleiton.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.523/2022, do deputado Doorgal Andrada; 3.827/2022, do deputado Gustavo Valadares; 222/2023, do deputado Leonídio Bouças; 601/2023 e 1.135/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.305/2023, do deputado Zé Laviola; e 2.872/2024, do deputado Thiago Cota.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.537/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.673/2023, da deputada Lud Falcão; 774/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 1.988/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.129/2020, das deputadas Ana Paula Siqueira, Leninha e Andréia de Jesus; 3.599/2022, da deputada Beatriz Cerqueira; 3.842/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 99/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 417/2023, do deputado Betão; 696/2023, da deputada Marli Ribeiro; 1.313/2023, do deputado Lucas Lasmar; 1.450/2023, do deputado Neilando Pimenta; 1.473/2023, do deputado Charles Santos; 1.761/2023 e 1.882/2023, do deputado Lucas Lasmar; e 3.106/2024, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 10.233/2025, do deputado Leleco Pimentel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.215/2023, da deputada Chiara Biondini.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.588/2023, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 978/2023, do deputado Gil Pereira, e 1.526/2023, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.868/2024, do deputado Carlos Henrique; 7.884/2024, do deputado Duarte Bechir; 7.969/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 8.206/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 8.232, 8.233, 8.234 e 8.235/2024, do deputado Celinho Sintrocel; 10.179, 10.180, 10.181, 10.182, 10.184, 10.187, 10.189, 10.190 e 10.191/2025, da Comissão de Participação Popular; e 10.463/2025, do deputado Leleco Pimentel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 25/3/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.538/2024, do deputado Doutor Paulo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 750/2019, do deputado Duarte Bechir, e 2.603/2024, do deputado Zé Guilherme.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/3/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.014/2024, do deputado Marquinho Lemos.

Requerimento nº 10.275/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/3/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/3/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Wendel Mesquita, Cristiano Silveira, Elismar Prado e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o tema da campanha para o Dia Internacional da Síndrome de Down de 2025: “Suporte para quem precisa. Todos juntos apoiando a inclusão! Seja rede de apoio!”.

Sala das Comissões, 24 de março de 2025.

Maria Clara Marra, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 25/3/2025, às 10 horas e às 14h10min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, no 1º turno, o parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 249/2023, do deputado Caporezzo; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 10.420 a 10.423 e 10.483/2025, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Wendel Mesquita, Cristiano Silveira, Elismar Prado e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 2.538/2024, do deputado Doutor Paulo, e o Parecer para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 750/2019, do deputado Duarte Bechir, e 2.603/2024, do deputado Zé Guilherme; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2025.

Maria Clara Marra, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Lud Falcão e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2025, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com mulheres homenageadas pela Bancada Feminina desta Casa por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Comissões, 24 de março de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O VETO Nº 20/2025, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.130****Comissão Especial****Relatório**

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 26.130, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 178/2024, publicada no *Diário do Legislativo* de 20/2/2025.

Constituída esta comissão, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, II, do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O governador do Estado, por meio da Mensagem nº 178/2024, encaminhou a esta Casa as razões do veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 26.130, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025.

Conforme a mensagem, os órgãos afetos ao objeto da proposição, entre os quais a Secretaria de Estado de Governo e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, foram ouvidos para que se chegasse a esse posicionamento.

O veto recai sobre os dispositivos citados abaixo com as explicações em seguida:

– Arts. 20 e 21

O art. 20 pretende autorizar o Poder Executivo a realizar o rateio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Conforme exposto, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado, na Consulta nº 1114420, por unanimidade dos conselheiros, é de que “o abono pago aos profissionais da educação básica em efetivo exercício com recursos do Fundeb, nos termos do § 2º do art. 26 da Lei n. 14.113/2020, possui natureza remuneratória”. E, mesmo sendo um dispositivo autorizativo, trata-se de matéria reservada à iniciativa do chefe do Poder Executivo, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

O art. 21, por sua vez, autoriza o Poder Executivo a reduzir a estimativa do demonstrativo regionalizado do efeito sobre a receita e despesa decorrente de isenção, anistia, transação, remissão, subsídio e benefício de natureza financeira, tributária e creditícia para o ano de 2025, promovendo-se a devida adequação do crédito orçamentário e remanejamento para atender ao cumprimento dos termos do acordo judicial de greve de 2018 homologado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais nos autos do processo nº 0552709-59.2016.8.13.0000 firmado entre o Estado e a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais.

De forma análoga ao exposto acima, o veto a esse dispositivo é justificado por ser a matéria de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, o que vai de encontro ao princípio da separação dos Poderes.

– Art. 22

O dispositivo pretende autorizar o Poder Executivo a destinar recursos públicos em ações para o fortalecimento da estruturação da Defesa Civil e das Brigadas Cívicas e Voluntárias de Incêndio.

No entanto, conforme exposto na Mensagem, “o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, denominado Força Tarefa Previncêndio – FTP –, já tem como objetivo promover ações de prevenção e combate a incêndios florestais e, dentre as formas de custeio prevista em sua norma instituidora, consta a previsão de recursos ordinários previstos no orçamento geral dos órgãos e entidades membros da FTP. Nesse sentido, o dispositivo proposto é estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, uma vez que concede autorização genérica ao Poder Executivo para destinação de recursos em ações de um programa já existente, sem ao menos especificar programas ou ações compatíveis no Plano Plurianual de Ação Governamental, contrariando, portanto, a regra da exclusividade prevista no § 8º do art. 165 da Constituição da República”.

– Incisos 732, 763, 764 e 771 do Anexo V da Proposição

Esses dispositivos tratam de emendas parlamentares com valores de R\$50 milhões, R\$30 milhões, R\$30 milhões e R\$132 milhões, respectivamente. Conforme exposto na Mensagem, a aprovação de tais emendas resultará na Reserva de Contingência da Lei Orçamentária Anual – LOA – em valor inferior ao estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – para o exercício

financeiro de 2025 (art. 12 da Lei nº 24.945, de 2/8/2024). Além disso, as emendas em comento extrapolam o valor destinados aos deputados para as emendas individuais, conforme disposto nos §§ 2º e 3º do art. 39 da LDO. Dessa forma, há violação ao inciso I do § 3º do art. 166 da Constituição da República.

Passando à análise do veto, com relação aos arts. 20 e 21, verificamos que a Constituição Federal (art. 61, § 1º, II) e a Constituição do Estado de Minas Gerais (art. 90) reconhecem a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para propor leis que tratem de matéria remuneratória dos servidores e de questões fiscais e financeiras, como isenção, anistia, transação, remissão, subsídio e benefícios tributários e creditícios. Por esse motivo, ratificamos os argumentos apresentados pelo chefe do Poder Executivo ao vetar esses dispositivos.

No que diz respeito ao art. 22, frisamos que o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Previncêndio – está contemplado no orçamento do Estado de Minas Gerais para 2025 por meio de recursos alocados nos órgãos e entidades que compõem a Força Tarefa Previncêndio – FTP. Ao se prever, por meio de emenda parlamentar, a alocação de recursos adicionais sob a justificativa de que já há previsão de recursos ordinários no orçamento desses órgãos e entidades membros da FTP, viola-se o princípio do equilíbrio orçamentário.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que toda nova despesa tenha a respectiva fonte de custeio identificada. Dessa forma, o aumento no orçamento do Previncêndio não pode ter lastro nos recursos ordinários previstos, uma vez que estes já têm destinação específica, sob pena de prejudicar as políticas públicas. Outro ponto é a inobservância da exclusividade orçamentária conforme disposto no art. 165, § 8º, da Constituição da República, uma vez que o dispositivo concede autorização genérica ao Poder Executivo para destinação de recursos em ações de um programa já existente, sem especificar programas ou ações compatíveis nas peças orçamentárias.

Por fim, no tocante aos incisos 732, 763, 764 e 771 do Anexo V, concordamos com os argumentos apresentados pelo governador. A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 160, § 4º, determina que “as emendas individuais apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo que 50% (cinquenta por cento) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde”. Já a LDO, em seu art. 39, § 3º, estabelece que o valor das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória corresponderá a 1/77 (um setenta e sete avos) do montante citado acima. Dessa forma, a aprovação de emendas individuais que extrapolam esse valor contraria os dispositivos supracitados e prejudica a equidade na execução das emendas.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Parcial nº 20/2025, referente à Proposição de Lei nº 26.130.

Sala das Comissões, 24 de março de 2025.

Gustavo Valadares, presidente e relator – João Magalhães – Adriano Alvarenga – Beatriz Cerqueira (voto contrário).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/3/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Camila Iesca Vaz de Carvalho, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Amanda Teixeira Dias;

exonerando Jaqueline Santos da Silva, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Pio Adrian Souza Meier, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputada Chiara Biondini;

nomeando Gustavo Barbosa Guimarães, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputada Chiara Biondini;

nomeando Jorge Luiz Lisboa Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Kilder Richard Pinheiro, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lucas Lasmar;

nomeando Rodrigo Ventura de Oliveira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila.

**IPLEMG**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA POSSE DA DIRETORIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IPLEMG – PARA O BIÊNIO DE MARÇO DE 2025 A MARÇO DE 2027

Às 17h30min do dia 20/3/2025, na sede do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, na Rua Ouro Preto, nº 1.596, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, prestaram compromisso e tomaram posse, nos cargos de membros da Diretoria e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Iplemg, eleitos na Assembleia Geral, para o biênio de março de 2025 a março de 2027, atendendo à convocação por edital datado de 11/3/2025 e publicado no *Diário do Legislativo* de 12/3/2025, e como tais proclamados pela Assembleia Geral, os seguintes contribuintes: da Diretoria: presidente: Gerardo Henrique Machado Renault; vice-presidente: Antônio Júlio de Faria; diretor financeiro: Wander José Goddard Borges; e vice-diretora financeira: Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves; do Conselho Deliberativo: efetivos: deputado Adalclever Lopes, Adelmo Carneiro Leão, Célio de Cássio Moreira, Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira, Dalmo Roberto Ribeiro Silva, Maria Tereza Lara, Mauro Lobo Martins Júnior, Márcio Luiz Murta Kangussu, Paulo César de Carvalho Pettersen e deputado Sargento Rodrigues; e suplentes: André Quintão Silva, deputado Antônio Carlos Arantes, deputado Gil Pereira, deputado Hely Tarquínio, deputada Ione Pinheiro, Mauri José Torres Duarte, Maria Emília Mitre Haddad, deputado Duarte Bechir, deputado Ulysses Gomes e Sebastião Helvécio Ramos de Castro; e do Conselho Fiscal: efetivos: Anselmo José Domingos, Elbe Figueiredo Brandão e Márcio Luiz da Silva Cunha; e suplentes: deputado federal Eros Biondini, deputado Celinho Sintrocel e deputado federal Weliton Prado. Ato contínuo, comunicou-se que o funcionário João Alves Cardoso seria merecidamente mantido no cargo de superintendente-geral do Iplemg e na função de secretário dos conselhos. Para constar, lavrou-se o presente termo, que vai devidamente assinado.

Sala de Reuniões, 20 de março de 2025.

João Alves Cardoso, superintendente-geral – Gerardo Renault, presidente da Assembleia Geral e do Iplemg – Antônio Júlio de Faria, vice-presidente – Wander José Goddard Borges, diretor financeiro – Elaine Matozinhos, vice-diretora financeira – deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e presidente nato do Conselho Deliberativo.

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/1/2025, na pág. 3, nas linhas 1, 5, 6, 10 e 12 da coluna “Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)”, onde se lê:

“1.000.001,00”, leia-se:

“1.001.000,00”.